

A IMPLANTAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR CÔNEGO ÂNGELO (ITUIUTABA-MG: 1964-1985): ESCOLA PARA EXCLUÍDOS?

Talita Costa Alves

Estudante do curso de graduação em Pedagogia na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal- FACIP/UFU

e-mail: talitaalves_itba@hotmail.com

Sauloéber Társio de Souza

Professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal- FACIP/UFU

e-mail: sauloeber@gmail.com

Resumo: Este texto resulta de pesquisa de Iniciação Científica cuja finalidade é compreender o processo de implantação do então, Grupo Escolar Cônego Ângelo no município de Ituiutaba-MG, na década de 1960. Desde o início, construiu-se a ideia de que esta escola fora criada para atender as classes sociais populares e marginalizadas de regiões periféricas da cidade. A investigação do seu processo de constituição e desenvolvimento remonta ao período marcado pela ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985. A sua implantação divergiu substancialmente da trajetória dos primeiros grupos escolares republicanos do início do século XX, conduzida de forma precária sem sede própria, mobiliários e materiais didáticos. Tal situação nunca foi alardeada pela imprensa local, representando um indício da invisibilidade das classes sociais atendidas por esse grupo escolar. Não apenas suas condições materiais precárias estavam ausentes das matérias da imprensa local, mas também suas festividades, confraternizações, desfiles e outros eventos promovidos pela escola e que não eram registrados como ocorria com outras instituições educacionais da cidade. No processo de fundamentação teórica, buscamos subsídios para nossas questões problematizadoras tais como: quais os principais interesses por detrás de sua criação? quem eram os alunos atendidos pela escola? e o corpo docente? quais as propostas educacionais da época? Foram realizadas leituras de artigos e livros que tratam do contexto educacional de criação da instituição escolar estudada (BUFFA; CUNHA; GERMANO; GÓES; ROMANELLI), além da análise das fontes compostas por livros de matrículas, algumas matérias jornalísticas, publicações oficiais e iconografia. Também nos apoiamos em fontes orais recorrendo a ex-alunos, ex-professores e ex-diretores para a realização de entrevistas, que trouxeram muitas informações sobre o cotidiano da instituição no período proposto. Os resultados mostraram que o Grupo Escolar Cônego Ângelo foi criado sem planejamento o que gerou dificuldades aos gestores, docentes e discentes, não tendo espaço adequado e próprio por muitos anos. Contudo, representou ao mesmo tempo, a oportunidade de escolarização dos filhos das classes populares que até então, estavam excluídas do sistema escolar. Assim, a proposta desse trabalho é a valorização

de uma história pouco registrada e de nenhum glamour, o que destoava da trajetória de escolas tradicionais da sociedade ituiutabana.

Palavras-Chave: Grupo Escolar Cônego Ângelo, Ituiutaba-MG, História da educação.

1. Introdução

Este texto resulta de pesquisa de Iniciação Científica e a participação no Seminário de Estudos e Pesquisas Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação (NEPE), cuja finalidade é compreender o processo de implantação do Grupo Escolar Cônego Ângelo no município de Ituiutaba-MG, na década de 1960. Neste sentido a pesquisa busca responder as seguintes indagações; “quais os principais interesses por detrás de sua criação? Quem eram os alunos atendidos pela escola? E o corpo docente? Quais as propostas educacionais da época?”.

O outro objetivo é compreender como foi construída a idéia de que esta escola seria voltada para as classes sociais excluídas ao longo do tempo, investigando o processo de sua constituição, criação e desenvolvimento da instituição escolar Estadual Cônego Ângelo, no período entre 1964 e 1985 (Ditadura Militar).

Este estudo busca pesquisar uma escola criada com intuito de atender as classes sociais populares e marginalizadas de regiões periféricas da cidade. Trabalhando com um novo tema ao que refere-se aos estudos relativos à História da Educação no contexto geral e deste município, que Segundo Nosella e Buffa (2009, p.25), as escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial estão pouco representadas nos estudos de História da Educação. Deste modo vem à importância de pesquisar representando um estudo deste caráter.

O procedimento metodológico para a investigação se compôs em visitas a Escola Estadual Cônego Ângelo para o levantamento de informações a partir dos documentos encontrados, além da análise das fontes compostas por livros de matrículas, caderno de promoção de alunos, algumas matérias jornalísticas, publicações oficiais e iconografia. Também nos apoiamos em fontes orais recorrendo a ex-alunos, ex-

professores e ex-diretores para a realização de entrevistas, que trouxeram muitas informações sobre o cotidiano da instituição no período proposto.

Nesta perspectiva metodológica, focamos no contexto educacional relacionando ao contexto social em estudo, considerando os fatores sociais, políticos e econômicos. Compreendendo que a história com seu enfoque globalizante ou estrutural, com sua ênfase no coletivo, no social, convêm muito mais à elaboração de pesquisas históricas. (Apoud, FENELON, 1989, p.136).

A dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma.[...] as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas [...]. (SANFELICE, 2007, p.78).

Concordando com Sanfelice (2007), cabe ao pesquisador buscar o sentido dessa identidade na relação do particular com o geral. Para realizar um estudo de cunho historiográfico é preciso imergir no interior da instituição pesquisada, com uma visão aguçada, buscando as suas origens, seu desenvolvimento ao longo do tempo, as transformações ocorridas no prédio da instituição, além de se pensar sobre a identidade dos sujeitos que estão inseridos neste espaço, e quais as práticas ali realizadas. É preciso destacar que a história de uma instituição em particular, reflete a história da educação de determinado recorte temporal e de um determinado espaço como um todo. Neste sentido reafirmamos a importância de se realizar um profundo mergulho no específico sem deixar de observar o contexto geral ao qual a instituição está inserida.

É inegável a importância de se conhecerem as especificidades de cada instituição, já que são entidades veiculadoras e mediadoras de ações culturais, que expressam os conflitos de determinada sociedade, sendo permeadas por relações de domínio e instâncias de resistência à dominação. No entanto, reafirmamos, o historiador da educação deve pesquisar o explícito e o implícito nesses espaços, sem esquecer dos seus vínculos com o contexto econômico, político, social e cultural.(SOUZA e CASTANHO, p.15)

O pesquisador da história de determinada instituição cria uma realidade dissertativa e original sobre o seu passado, fazendo um esforço de levantamento de fontes e valores vividos transformando-os em valores do presente e de valorização de certo âmbito social.

Neste prisma, buscamos compreender a instituição pesquisada no processo de constituição e desenvolvimento contextualizando o período marcado pela ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985.

2. Anos de Autoritarismo

A partir do golpe de 1964 iniciou um novo marco na política brasileira. A entrada do regime militar no governo traz o fim do estado democrático, iniciando a era do autoritarismo.

Brasileiros perderam o poder de participação e crítica, e a ditadura se impôs violenta. Uma sucessão de presidentes fortaleceu o Executivo enquanto fragilizava o Legislativo. Diversas medidas de exceção acentuaram o caráter autoritário do governo: Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, prisões políticas, inquéritos policiais militares, proibição do direito de greve, cassação de direitos políticos, exílio, etc. (ARANHA, 2006, p.314).

Este período foi marcado pela inserção dos militares na política, e altos cargos na administração pública e privada, que teve como resultado os direitos civis e políticos da sociedade brasileira controlados por meio de repressões, tornando um dos períodos mais violentos. Foram elaborados pelos presidentes militares, os instrumentos legais de repressão os atos institucionais, que foram medidas de repressões impostas.

Foi um período de grande censura à imprensa, acabando com a liberdade de opinião da sociedade. Não sendo permitidas contestações contra as idéias imposta. Carvalho (2008) faz uma discussão acerca deste período, relatando às opressões a diferentes formas de censuras, as repressões políticas, e o real interesse econômico que se destacavam em alguns momentos com poucas pessoas sendo privilegiadas, e uma elevada desigualdade social.

Vale ressaltar que neste período também foi uma época de realização de reformas institucionais, inclusive no campo da educação.

Germano (2005, p.105-106), faz uma síntese ao tratar sobre as políticas educacionais no período Militar, apresentando cinco eixos:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo.

Observamos que as políticas educacionais tiveram o intuito de atender os objetivos da época que era a expansão do capitalismo internacional no Brasil, precisavam de pessoas para o trabalho, formando mãos de obras qualificadas. Foi neste sentido em que a educação contribuiu para os interesses da elite, fazendo a expansão do ensino profissional.

Foram realizadas decisões em torno da educação, dentre elas a discussão da Lei de diretrizes e Bases nº 4.024/61 (LDB), que contou com a participação de educadores, estudantes, intelectuais e trabalhadores. Concluído as discussões, a educação se torna dever do estado e podendo ser também de iniciativa privada, conservando os interesses das classes dominantes. Nesta perspectiva Saviani (1996, p. 47-48) ressalta que:

O texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi, antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto a estratégia da conciliação. Daí porque não deixou de haver também aqueles que consideraram a lei então aprovada pelo Congresso Nacional como inócua, tão inócua como o eram as críticas estribadas na estratégia do “liberalismo.

As Universidades também foram vítimas de repressão do governo. Segundo Cunha e Góes (1985), foi colocado excesso de alunos da mesma disciplina em uma única sala, para se obter rendimentos com um único professor. Diminuindo os gastos com os salários de professores e resultando em uma péssima aprendizagem.

Em julho de 1968, com o crescimento de protestos de estudantes, profissionais liberais e operários contra a ditadura, foi formado pelo governo grupos de trabalhos para a elaboração de um anteprojeto de Reforma Universitária, com o objetivo de abrandar os protestos realizados pelos estudantes.

Procuravam incorporar algumas demandas de professores e estudantes que, havia décadas, lutavam pelo aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil. Duas das bandeiras incorporadas eram quase pontos de honra de suas lutas: a extinção da Cátedra vitalícia e a Universidade como padrão de organização do ensino superior. CUNHA E GÓES, 1985, p.86)

Os interesses políticos e econômicos estavam dominando a educação, e a escola pública também sofreu as conseqüências, entrando em causa. Segundo Cunha e Góes (1985), muitas escolas se transformaram em “centros interescolares”, eram apresentados aos alunos máquinas e equipamentos de trabalhos para preencher a necessidade do ensino profissional, preparando para atender as demandas de trabalhos.

Este foi o resultado da Lei nº 5692/1971, a escola teve um dos objetivos promover a habilitação profissional, para atender as demanda de empregos.

Com a profissionalização universal e compulsória, os estudantes já saíam do 2º grau com uma habilitação profissional e procurariam logo um emprego, o que não seria difícil, já que o “milagre econômico” prometia empregos e salários crescentes. (CUNHA E GÓES, 1985, p.66)

Outro fator foi à economia que neste período se destacava com o crescimento, denominado “milagre econômico”, resultando um elevado crescimento na desigualdade. “se os pobres não ficaram muito mais pobres, os ricos ficaram muito mais ricos”. Carvalho, 2008.

Este período também foi marcado pela influencia de quatro movimentos populares. Alguns sobrevivem no interior, com programação restrita e revisão de sua linha de atuação. Entre os grandes movimentos sobrevive apenas o MEB, mas sua sobrevivência custou à revisão de sua metodologia, de seu material didático e da orientação do programa. O movimento de cultura popular (MCP), que teve como

objetivo a educação de crianças e adultos, tendo o financiamento de recursos públicos, na tentativa da alfabetização. A campanha de pé no chão também se aprende a ler, seus trabalhos de alfabetização tinham a influencia de Paulo Freire, trabalhando com o dialogo e construindo cartilhas de alfabetização partindo da realidade dos alunos.

Outro movimento importante foi o centro popular de cultura (CPC). Segundo Paiva (1987) o CPC era fruto de uma série de debates travados entre alguns jovens intelectuais e artistas do Teatro de Arena. Esses jovens se preocupavam com o problema da marginalização do artista em relação à vida social e política do país, também com a necessidade de atingir um novo público. Desta forma pensou-se na organização de um movimento em prol da difusão do teatro político destinado às camadas populares. Essa iniciativa acabou sendo apoiada por outros intelectuais dedicados ao cinema, às artes plásticas e à filosofia. Desta primeira tentativa nasceu à idéia do filme “Cinco Vezes Favela” e a peça “A mais-valia vai acabar”. (PAIVA, 1987)

O referencial teórico do CPC está explicitado em dois textos básicos para a compreensão do período e da proposta: *A questão da cultura popular*, de Carlos Estevam, e *A cultura posta em questão*, de Ferreira Gullar. O primeiro afirma que é necessário distinguir a arte do povo da arte popular e, ambas, da arte praticada pelo CPC a que ele chama de “arte popular revolucionaria”. (CUNHA E GÓES, 1985, p,29).

Dentre esses movimentos, ficou-se compreendido que todos construíram suas metodologias próprias e foram influenciados pelo trabalho realizado por Paulo Freire. O método de Paulo Freire neste período foi oficializado como Plano Nacional de Educação no Brasil e recebeu os seus devidos reconhecimentos. Germano, 1997, afirma que:

A reação das classes dominantes e dos seus aliados norte-americanos, de amplos setores das classes médias e das Forças Armadas redundou na deposição de Jango e na implantação de um regime político de cunho ditatorial cuja principal preocupação era estancar, conter, as mobilizações sociais. É claro que a repressão atingiu duramente o campo educacional, a educação popular. Entre os atingidos encontrava-se, evidentemente, Paulo Freire: preso, processado, exilado, considerado subversivo.

Neste momento com o final deste movimento o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização- Mobral. O Mobral foi criado no ano de 1967 pela lei nº 5.379, com o objetivo de combater o analfabetismo, através de técnicas de

leitura, escritas e cálculos. O combate do analfabetismo estava ligado à necessidade de mão de obra e ao final pouco se alfabetizou, sendo extinto no ano de 1985.

Neste mesmo período em Ituiutaba Minas Gerais teve um elevado crescimento na urbanização, pois o governo transfere parte dos investimentos para a Zona urbana, que esta ampliando as indústrias e o comércio. Os trabalhadores rurais passam por uma mudança de vida, seus trabalhos são recompensados na cidade por troca de salários, causando em muitos uma perda de identidade e problemas sociais.

Segundo Souza (2010)

Tal ritmo de crescimento não pode ser creditado somente às altas taxas de natalidade, sendo resultado também da migração rural, pois neste momento, significativa parcela da população brasileira se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação) e com perspectiva de empregabilidade no comércio e setor de serviços públicos que se expandiam com velocidade. (SOUZA, 2010,p. 527)

Na tabela abaixo é possível compreender o crescimento elevado da população Urbana a partir dos anos 60. É interessante notarmos que no mesmo ano ainda se tinha um quadro de população Rural instável, os quais eram ocupados em sua grande maioria por migrantes nordestinos que chegavam ao município se dirigindo para as fazendas. Nos anos 70, grande maioria destes migrantes desloca da Zona rural, se dividindo, alguns de volta as suas origens, outros a procura de melhores condições na cidade, que resultou em um empobrecimento por não conseguirem se adaptar na nova condição de vida.

Tabela 01 – População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba

ANO	População Rural	%	População Urbana	%	Totais
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 ⁶

Fonte: SOUZA, 2010, p.527.

Esse grande crescimento de Ituiutaba, influenciado pelo governo ditatorial, é inserido na política de modernização nacional, que logo traz uma expansão no ensino,

causando um elevado crescimento nas instituições pública de ensino. Foi possível constatar que a criação destas escolas pública havia grande interesse por parte dos candidatos, principalmente os deputados que vinculavam notícias nas imprensas elevando seus nomes com o objetivo de obter votos da população. Neste sentido Araujo (2007) afirma que a política educacional instauradora dos grupos escolares no Brasil, tem um interesse pelos candidatos a deputados com as promessas e notícias na imprensa. Logo adiante, na Figura 01, explicita a notícia de criação dos grupos escolares que tem como destaque a foto do deputado da época.

Figura 01: Reportagem sobre a Inauguração dos Grupos escolares em Ituiutaba



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba – Jornal

A partir da tabela 02 fica evidente que a maioria da população neste período era a classe trabalhadora. Tendo um numero elevado de criação de escolas publicas principalmente nos anos 60 a 80. Dentre essas escolas podemos notar o ano de criação da Escola Estadual Cônego Ângelo.

Tabela 02: Ano de criação das escolas públicas na cidade de Ituiutaba

ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS MUNICIPAIS	ANO
-------------------	-----	--------------------	-----

EE João Pinheiro	1908	EM Machado de Assis	1941
EE Prof. Idelfonso Mascarenhas	1947	EM Francisco Antônio de Lorena	1951
EE Sen. Camilo Chaves	1955	EM Manoel Alves Vilela	1966
EE Clóvis Salgado	1956	EM Agrícola de Ituiutaba	1970
EE Rotary	1956	Cime Mun. Tancredo P. Almeida	1971
EE Arthur Junqueira de Almeida	1958	EM Pref. Camilo Chaves Junior	1979
EE Gov. Bias Fortes	1959	EM Rosa Tahan	1980
EE Cel. João Martins	1960	EM Aida de Andrade Chaves	1982
EE Cônego Ângelo	1960	Cime Sarah Feres de Silveira	1989
EE Gov. Israel Pinheiro	1965	EM Nadime Derze Jorge	1992
EE Antonio Souza Martins	1965	EM Aureliano Joaquim da Silva	1996
EE Cel. Tônico Franco	1965	EM Hugo de Oliveira Carvalho	1999
EE Dr. Fernando Alexandre	1965	EM Clorinda Junqueira	2007
EE Dr. José Zocolli de Andrade	1965		
EE Prof. Álvaro Brandão de Andrade	1968		
EE Profa Maria de Barros	1974		
EE Educ. Esp. Bem Me Quer	1986		
Cesec Clorinda M Tavares	1987		

Fonte: SOUZA, 2010, p. 528.

3. Anos 60 surge o Grupo escolar Cônego Ângelo

O Grupo escolar Estadual Cônego Ângelo, foi criada no dia 10 de outubro de 1963, sendo oficializada e inaugurada no dia 28 de novembro de 1964, autorizado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto legalizada pelo decreto nº 7215, recebendo o nome do Padre Cônego Ângelo Tardio Bruno, que teve influência no desenvolvimento da cidade de Ituiutaba.

Consta nos registros do tombo que o Cônego Ângelo, durante o período que atuou na região, liderou diversos atos como a construções de estradas, pontes, edifícios públicos, construção de capelas nas vilas da região e que por muitas vezes assumiu as paróquias de Monte Alegre de Minas e Campina Verde, além de acumular vários cargos

políticos em toda a região. Analisando esses registros podemos concluir que as ações lideradas por Cônego Ângelo Tardio Bruno foram de fundamental importância para o desenvolvimento da região e para a sua emancipação como município. (FILHO, 2010, p. 16-17)

Observamos que as instalações do Grupo escolar Cônego Ângelo , desde o início representava uma expressão de luta e conquista para levar a escolarização aos filhos da classe trabalhadora, por meio dos professores e diretores que saíam reivindicando e promovendo ações beneficentes visando manter a escola em funcionamento, que a princípio foi criada sem planejamento o que gerou grandes dificuldades.

No início a escola funcionava em três locais diferentes atendendo os bairros periféricos da cidade, não tendo um espaço adequado e próprio por muitos anos. Segundo os registros encontrados os alunos estudavam em um prédio metálico (pré-fabricado), na outra localidade era uma casa, que foi adaptada as salas de aulas e posteriormente se tornou uma cadeia. O outro local doado pela igreja foi a capela construída por biombos de madeira. Os três locais de funcionamento eram precários, sendo uma tentativa de levar educação aos filhos das famílias menos validas.

De acordo com os registros no ano de 1967, com uma maior demanda de alunos no bairro Natal , a escola passou a funcionar apenas na capela deste bairro sendo necessário a ampliação deste local, que aconteceu com o auxílio de instituições religiosas e campanhas realizadas por funcionários da escola, assim foram construídos duas salas de aulas, quatro sanitários e um bebedouro. Foi adaptada uma casa para o em cantina e sala de aula, e um consultório dentário para o funcionamento de outra sala de aula, ambos os locais eram vizinhos da instituição.

Considerações Parciais

Este trabalho teve como objetivo estudar a implantação do Grupo Escolar Cônego Ângelo com o recorte temporal (1964-1985). Os resultados mostraram que o Grupo Escolar Cônego Ângelo foi criado sem planejamento o que gerou dificuldades aos gestores, docentes e discentes, não tendo espaço adequado e próprio por muitos anos. Contudo, representou ao mesmo tempo, a oportunidade de escolarização dos filhos das classes populares que até então, estavam excluídas do sistema escolar. Assim, a proposta desse trabalho é a valorização de uma história pouco registrada e de nenhum glamour, o que destoa da trajetória de escolas tradicionais da sociedade ituiutabana.

Após concluído o estudo traz uma contribuição para a história das instituições na cidade de Ituiutaba, enriquecendo a história da educação neste mesmo município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José e Carlos Souza; GATTI, JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em historia da : instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo, **Instituições escolares: porque e como pesquisar.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009. 87 p.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo, **As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço crítico,** 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

DAMAZIO, Marcia da Silva. **A produção dos grupos escolares e as práticas culturais no processo de escolarização em Minas Gerais.** *Educ. rev.* [online]. 2007, n.46, pp. 387-392. ISSN 0102-4698.

GERMANO, José Willington. **As quarenta horas de Angicos.** *Educ. Soc.* [online]. 1997, vol.18, n.59, pp. 391-395. ISSN 0101-7330.

NOSELLA, P. e BUFFA, E. (2005). **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação.** *Eccos – Revista Científica.* São Paulo. V. 7, n. 2, jul./dez., p.351 -68. Disponível em: [http:// www.uninove.br](http://www.uninove.br). Acesso em: 20/03/2013.

PAIVA, Vanilda Pereira - **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PINSKY, Carla Bassanezi(org). **Fontes Históricas.** 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil. O papel do Congresso na Legislação do ensino.** 3ºed. Campinas (SP):Autores Associados, 1996.

SANFELICE, José L. História, instituições escolares e gestores educacionais. In: *Revista HISTEDBR On-line.*

SOUZA SAUNER, Nelita F.M. **Alfabetização de Adultos.** Curitiba: 1º ed. Juruá, 2002.

SOUZA, Sauloéber Tarsio. “*O Universo Escolar nas Páginas da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG - Anos de 1950 e 1960)*” in **Cadernos de História da Educação**, vol. 9, n.2, 2010.

SOUZA, Sauloéber Tarsio; RIBEIRO, Betânia de O. L. **DO PÚBLICO AO PRIVADO, DO CONFSSIONAL AO LAICO: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia-MG, EDUFU, 2009.

SOUZA, Sauloéber Tarsio; CASTANHO, S. E. M. **Instituições escolares e história da educação no Brasil**.

Sites:

<http://monografias.brasilecola.com/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm> Acesso em: 18/03/2013

http://www.bdtu.ufu.br/tde_arquivos/9/TDE-2012-12-21T162730Z-3353/Publico/d.pdf
Acesso em: 18/03/2013

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200003
Acesso em: 18/03/2013

<http://www.ituiutaba.mg.gov.br/?c=resposta&loc=23&t=Hist%C3%B3rico&ca=3&i=>
Acessado Dia 06/07/2013.

http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Anais_I_Semana_Historia.pdf :Acesso em 18/03/2013